

As leis da estupidez que conformam o idiota ‘ideal’

16/07/2026

Bem-vindos à nesciocracia: a estupidez virou ciência empírica

Nada é por acaso. É preciso refutar, de saída, a ideia de que o momento atual seja fruto de mera contingência. Há nisso uma agnotologia: a construção deliberada da ignorância. Robert Proctor, que cunhou o termo estudando a indústria do tabaco, mostrou que a ignorância não é apenas um vazio a ser preenchido; ela é produzida, financiada, distribuída.

Pois bem. Na era algorítmica, a estupidez deixou de ser condição inata ou deficiência cognitiva passiva. Ela virou “ciência empírica”. Tem método de validação, dinâmica de replicação imediata e até métricas de desempenho (os cliques), tudo otimizado por inteligência artificial e análise de dados comportamentais. O estúpido de antigamente era artesanal. O de hoje é industrial, com escala e engajamento.

O fenômeno pode ser decodificado a partir das célebres cinco leis fundamentais da estupidez humana, de Carlo M. Cipolla — depois retrabalhadas, entre nós, pela psicanálise de Mauro Mendes Dias —, sobre as quais já escrevi nesta **ConJur**. Transpostas para o ecossistema das redes sociais, com as adaptações que a experiência jurídica brasileira impõe, elas expõem a mecânica exata do declínio:

Lei número 1: sempre e inevitavelmente, cada um de nós subestima o número de indivíduos estúpidos que circulam pelo mundo jurídico.

Lei número 2: a probabilidade de que uma pessoa enfiada até o pescoço nas redes sociais seja estúpida independe de qualquer outra característica dessa pessoa. Título, cargo, seguidores: nada imuniza.

Lei número 3: estúpida é a pessoa que causa dano a outra sem obter benefício algum para si, podendo até sair no prejuízo. Se tiver formação jurídica, o estrago tende a vir com fundamentação.

Lei número 4: as pessoas não estúpidas sempre subestimam o potencial destrutivo das estúpidas.

Lei número 5: o estúpido é o tipo mais perigoso que existe. Mais que o bandido, dizia Cipolla, porque o bandido ao menos calcula.



A aplicação dessas “normativas” denuncia um tipo ideal (Weber me perdoe) de idiotia. As redes sociais abrigam uma verdadeira nesciocracia: o governo dos néscios, com direito a voto, réplica e emoji. E o leitor pode testar a tese empiricamente. Eis dois experimentos que fiz, à moda falsificacionista. Popper ficaria orgulhoso do rigor; do resultado, nem tanto.

Primeiro experimento: publique uma crítica às palhaçadas de certos repórteres de TV durante a Copa do Mundo, essa gritaria performática de quem se julga engraçado ou um(a) Einstein da mídia. Pergunto: será que aprendem isso nas faculdades? Fico imaginando o professor “ensinando” como paga mico na frente das câmaras. Quanto mais palhaço, melhor.

Quando faço críticas a esse ECP (estado de coisas patético), confirma-se a lei número 2 (veja explicação anterior). Os comentários nas redes sociais confirmam também a crise do ensino e a terceirização da cognição. Mostra igualmente que diploma não encurta orelha. O índice de idiotice se mede pelos comentários que chegam em minutos: “muda de canal, chato”; “TV é diversão”; “e o Xandão, hein?”; “não vai falar do STF?”.

E note-se o ponto que o idiota não alcança: sou assinante de TV a cabo. Pago pela transmissão. Tenho o direito de assistir ao jogo sem exercícios ruins de humorismo. Veja-se o que ocorre com a TV Cazé. É espantoso. E os repórteres e comentaristas da Globo? Pensam que a população tem 10 anos de idade. Na verdade, têm certeza disso.

Daí a pergunta: por que o consumidor é que tem de mudar de canal, e não é o fornecedor quem deve melhorar o produto? Inverter esse ônus é naturalizar a precariedade do serviço. Mas o tipo ideal de idiota não discute o argumento; ataca quem o formula. Perdemos a capacidade de crítica e de indignação, e quem ainda a exerce vira “o chato”. Viva a chatice.

Segundo experimento, mais orgânico: publique uma crítica às vendas casadas travestidas de “desconto progressivo” nas grandes redes de farmácia. Um medicamento de alto custo sai por R\$ 1.650 a caixa avulsa; comprando três, cada uma cai para R\$ 1.148. Sim, é isso que você leu. Quer comprar uma só? Paga R\$ 500 a mais pela mesma caixa. Isso tem nome no Código de Defesa do Consumidor, essa lei que ninguém respeita. Essa lei que foi desnominalizada para “lei que sustenta os meros aborrecimentos”. Faça o teste: vá até um juizado próximo a sua casa. Ainda: noutra rede, a caixa avulsa custa R\$ 2.200; no combo de três, R\$ 1.150 cada.

Que progressividade é essa que pune quem, naquele dia, só tem dinheiro para comprar uma caixa do remédio de que precisa? O caso mais inusitado: por telefone, descubro que uma rede oferece três por R\$ 1.250 cada, mas só há duas no estoque. Bingo. Solução da atendente: leve as duas por R\$ 1.640 cada. O desconto existe justamente na quantidade que a loja não tem. Por isso não ganhamos o Nobel. Só o Ignóbil.

E a reação dos néscios das redes: “o doutor não sabe o que é desconto progressivo?”; “não estudou direito?”; “troca de farmácia” (como se adiantasse: o cartel de práticas é o mesmo); “que cara chato é esse Lenio reclamando de desconto”; e, claro, o tradicional “por que não fala do caso Master?”. O coeficiente de idiotice cresce na exata do ódio de quem escreve. E, na medida em que odeiam o semelhante em geral, pouquíssimos passam incólumes pelo Rubicão da Estupidez.

Reparem na estrutura comum aos dois experimentos. A crítica aponta uma lesão concreta a direitos (do telespectador-assinante e do consumidor de medicamentos). Quantos artigos e livros já escrevi criticando o sistema de justiça? É minha função. Inclusive de caricaturizar as Igrejas que curam joelhinhas de velhinhas e vendem *Ora Pro Nobis* e remédios para enxergar melhor. Só na **ConJur** já escrevi mais de 1.200 colunas.

Mas a resposta nesciocrática jamais enfrenta o mérito das discussões postas pelo articulista e professor: ou desqualifica o crítico (“chato”), ou muda de assunto (“e o Xandão?”), ou normaliza o abuso (“é assim mesmo”). É a agnotologia em ato.

Atenção: não se trata de discordância, que é saudável e constitutiva do debate público; **trata-se da produção ativa de ruído para que o argumento não seja sequer ouvido**. A lei número 3 do Código da Estupidez em sua forma pura: o néscio não ganha nada defendendo a farmácia que o explora ou a emissora que o trata como imbecil e massa de manobra. Ele causa dano ao (i) debate, (ii) a terceiros e (iii) a si próprio. De graça.

Encerro com um pedido de utilidade pública a esse tipo ideal. Quem mantém uma rede social ou coluna em veículo jornalístico não implora que o leiam. Portanto:

- **não siga o perfil de um professor para odiá-lo. Ninguém lhe pediu.**
- **não perturbe.** Não despeje discurso de ódio.
- não diga platitudes.
- não passe recibo de néscio.
- **as cinco leis já preveem o seu comportamento; surpreenda-as.**

Vamos falar sério.

Post scriptum: esta coluna vale mais pelo simbólico. É minha solidariedade a quem se esforça nas redes sociais e em colunas para trazer informação, conhecimento — e esclarecimentos sobre a vida dura do cotidiano. Pelas pedradas que recebem(os).

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2026-jul-16/as-leis-da-estupidez-que-conformam-o-idiota-ideal/>